
A Expansão das Consultas Públicas: uma Análise sobre o “Plano Juventude Negra Vida” no perfil de Instagram @ministeriodaigualdaderacial¹

Eduardo Neves MELO²

Fabiane SGORLA³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

A pesquisa versa sobre as consultas públicas (CP) (Fernandes-Jesus, 2019; Sacheto, 2008), na observação da opinião pública (Champagne, 1998) sobre temas de interesse público, em um cenário de sociedade em midiatização (Hjarvard, 2014). O objetivo geral é debater acerca dos impactos da midiatização nas CP a partir do "Plano Juventude Negra Vida" (PJNV), do governo federal brasileiro (2023). Especificamente, objetivamos: reconhecer o formato da CP acionado pelo PJNV; identificar postagens relacionadas ao PJNV, no Instagram; e categorizá-las. Com abordagem qualitativa e análise de conteúdo (Fonseca Jr, 2005), a pesquisa, realizada no segundo semestre de 2023, mostra que, no caso do PJNV, há expansão da CP quando elabora a campanha midiática e presencial "Caravana do Plano Juventude Negra Viva".

Palavras-CHAVE: Opinião Pública. Midiatização. Consultas Públicas. Plano Juventude Negra Vida. Instagram.

1. Introdução

No decorrer da história, a opinião pública se expressiu de várias formas, atravessando diferentes regimes de poder, modelos de sociedade e culturas. Conforme Champagne (1998), observamos diferentes surgimentos de modos (legais) de expressar a opinião pública, seja no sufrágio censitário, que é pilar fundamental para o sufrágio universal, em 1945, ou no plano institucional, com a Revolução Francesa, em 1789. Não obstante, o autor relata que, por muito tempo, um dos principais modos de expressão da opinião pública foram as manifestações de rua, em que os indivíduos mostram suas opiniões com a presença física.

Na modernidade, a partir de sistemas democráticos e seus modos de representação, emergem instrumentos sofisticados de expressão e coleta de opiniões,

¹ Trabalho apresentado no IJ07 - Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 7º semestre do Curso de Relações Públicas da Fabico-UFRGS, email: shouldaskuai@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Relações Públicas Fabico-UFRGS, email: fabiane.sgorla@ufrgs.br

sejam eles organizados por instituições governamentais ou pela sociedade civil. Nesse contexto, o processo de midiaticização, com a ampliação da presença da mídia na cultura e sociedade (Hjarvard, 2014), tem impactado, especialmente, nas formas de contato. Os mecanismos de participação democrática proporcionados pelas novas tecnologias representam a possibilidade de alargamento do espaço público e a consequente inserção organizada de setores diversos nos processos de definição de políticas públicas (Rotheberg, 2008).

Dentro desse cenário, evidenciamos aqui as consultas públicas (CP), que, em síntese, são mecanismos que permitem a interação de públicos para que juntos colaborem para uma tomada de decisão (Fernandes-Jesus, 2019). Com a ampliação da midiaticização das sociedades, os meios de consulta pública têm sofrido alterações, seja em seu próprio espaço, - antigamente em praças públicas -, contemporaneamente, tomando o campo da Internet, como sites, fóruns e redes sociais digitais. Frente a isso, buscamos nesse estudo construir um debate no sentido de responder a pergunta: Como a midiaticização impacta as consultas públicas (CP), a partir da consulta pública “Plano Juventude Negra Vida” (PJNV), organizada pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) do governo brasileiro, através da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas e Superação do Racismo, em 2023, no contexto do perfil do @ministeriodaigualdaderacial na rede social digital Instagram?

Logo, o objetivo geral desta pesquisa é debater sobre os impactos da midiaticização na expansão das consultas públicas. Como objetivos específicos estão (a) reconhecer o formato da consulta pública acionado pelo “Plano Juventude Negra Vida”; (b) identificar postagens relacionadas ao PJNV, no perfil @ministeriodaigualdaderacial, no Instagram; e (c) categorizar essas postagens. Com abordagem qualitativa e análise de conteúdo (Fonseca Jr, 2005), a pesquisa foi realizada de 18 de maio a 21 de agosto de 2023.

Entendemos que o desenvolvimento da pesquisa contribui com reflexões sobre uso e prática de consultas públicas, em dinâmicas de comunicação midiática e para além dela, na promoção da democracia e mudança social. Colabora com as investigações que buscam reconhecer espaços de expressão da opinião da sociedade que enfatizam temas de interesse público. Justifica-se também pela necessidade de contextualizar as discussões sobre consulta pública no ambiente dos estudos da área da Comunicação.

Desse modo, este artigo está dividido em quatro partes. A primeira, esta, dá conta de trazer a apresentação da proposta de investigação, destacando o tema da pesquisa, os objetivos e o caminho desenhado para atingi-lo. Na segunda parte, apresentamos a conceitualização de consultas públicas e os direcionamentos que pretendemos analisar sobre ela, voltados a comunicação e formas de exprimir a opinião pública e a relação com o panorama da midiatização crescente da sociedade. Terceiramente, mostramos os dados e análises feitas do “Plano Juventude Negra Vida” e interpretações. As considerações finais convergem nos pontos de destaque da pesquisa.

2. Consultas públicas no panorama da midiatização

Segundo Sacheto (2008), consultas públicas são um instrumento democrático que, baseado na participação social, proporciona apoio na tomada de decisão do Estado. Através das consultas, diferentes setores da sociedade são consultados, propiciando a inclusão de perspectivas diversas, o fortalecimento do diálogo entre Estado e sociedade (Sacheto, 2008). No final, o desejo é de que, com a coleta de opinião da população, as políticas públicas elaboradas pelos governantes atendam, com mais assertividade, as necessidades e os interesses da população .

Assim, segundo o Ministério da Educação do Brasil (2024):

A consulta pública visa promover o diálogo entre a administração pública e o cidadão, em cumprimento aos Princípios da Legalidade, Moralidade, Eficiência, Publicidade, Transparência e Motivação. É um mecanismo de participação social, de caráter consultivo, realizado com prazo definido e aberto a qualquer interessado, com o objetivo de receber contribuições sobre determinado assunto. Incentiva a participação da sociedade na tomada de decisões relativas à formulação e definição de políticas públicas.

Sendo assim, podemos dizer que as consultas públicas são processos do Estado que buscam coletar a opinião de um grupo específico e discutir determinado assunto. A sua finalidade está em gerar aproximação do Estado com a população, e fazer desta população mais constitutiva às leis do governo. Pode ocorrer através de reuniões que comungam o público-alvo, votações diretas com tópicos pré-definidos, entre outros meios.

As consultas públicas têm papel fundamental na consolidação da opinião pública, pois, como evidenciado por Bourdieu (1972), mostra que a coleta das opiniões públicas muitas vezes são incertas por conta da valia quantitativa que uma pesquisa de opinião pode ter, ao invés de ter um caráter mais qualitativo, e a consulta pública abre espaço para não somente a coleta de opinião mais coerente, quanto para elaborar uma opinião em comunhão.

Precisar um momento em que surgiram as consultas públicas, é difícil, pois podemos ter distintos processos de abertura do governo democrático com a sociedade para debater sobre um tema específico. Entretanto, temos algumas pistas de surgimento destas participações, por exemplo, a criação da ágora, onde os cidadãos expunham suas opiniões, e a "plateia" presente na ágora, poderia concordar ou discordar (Coiro-Moraes, Farias, 2017). É válido apontar que, tanto o que se tinha por definição de estado, quanto de cidadão, apresentavam características diferentes das que temos em geral hoje, mas ainda sim, era uma relação de consulta pública, pois, quem tinha a oportunidade de alterar leis diretamente, poderia consultar àqueles que não tinham direito a aprovar uma lei. É relevante também para o entendimento das Consultas públicas hoje, que, desde a Grécia Antiga, as consultas populares não eram bem aceitas, pois se tinha um entendimento que um grupo de pessoas era mais bem capacitado para debater sobre qualquer assunto, do que os demais cidadãos.

No Brasil, hoje, a Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988, assegura um regime democrático de participação popular, e dá direito ao cidadão conhecer e ter acesso às informações da administração pública (artigo V, parágrafo XXXIII da CF). Em resumo, essa lei garante a participação pública nos entrelaços da política, percebe-se alguns usos do governo para concretização dessa participação através de consultas públicas, seja pelo site do governo, onde se encontra um conteúdo concreto e detalhado; divulgação através de câmaras de deputados; e conteúdos digitais, mais mitigados e pouco usuais.

A midiatização refere-se ao processo pelo qual a mídia se torna uma parte central e integrada de todos os aspectos da vida social, cultural e política (Hjarvard, 2014). Esse conceito engloba a ideia de que a mídia não é apenas um canal de comunicação, mas também um agente que molda e influencia a forma como as pessoas percebem e interagem com o mundo.

A midiaticização envolve a maneira como os meios de comunicação afetam a estrutura e o funcionamento das instituições sociais e como as práticas sociais são adaptadas às lógicas e formatos da mídia. Esse processo pode ser observado em várias esferas, como na política, onde as campanhas e discursos são frequentemente adaptados para se adequar às demandas da cobertura midiática, ou na cultura, onde eventos e expressões artísticas são moldados para atrair a atenção da mídia.

No contexto social midiaticizado, destacamos possibilidades de ampliação dos pontos de contato entre Estado e cidadãos. Por um lado, observamos os diferentes espaços midiáticos em que os assuntos de interesse público tomam espaço e visibilidade, seja através de veículos de imprensa tradicionais, seja através de conversações em redes sociais digitais.

Por outro lado, alargam-se as estratégias possíveis de consultar a população que já apropriada dos mecanismos de interação sócio-técnicas - não havendo, assim, justificativas para o distanciamento entre os que querem opinar sobre os temas que lhe interessam e o Estado, que tem poder decisório. Assim, as consultas públicas vem sofrendo alteração no meio midiático e tem projetado sua divulgação também em redes sociais digitais.

Apesar da ampliação dos espaços midiáticos propiciar novas conexões entre públicos distintos, o que favorece a divulgação de informações, entretanto por ser um espaço não físico, acaba encontrando dificuldades para debates mais resolutivos. Neste sentido, entende-se por intrínseco às CP a adesão pública e a participação popular para manutenção das consultas, assim a divulgação e comoção que os novos meios digitais proporcionam, são exponencialmente maiores quando comparados com as práticas antigas, como folhetos e cartazes, ajudando no processo de formação das CP.

3. A análise sobre o “Plano Juventude Negra Viva” (PJNV)

Para contextualizar, o “Plano Juventude Negra Viva” (PJNV) visa reduzir as vulnerabilidades e a violência letal contra a juventude negra brasileira, combatendo o racismo estrutural. Com 11 eixos de atuação e 217 ações pactuadas com 18 Ministérios, o plano foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e coordenado pelo Ministério da Igualdade Racial. Instituído pelo Decreto nº 11.444, de 21 de março de

2023, contou com a participação democrática de cerca de 6.000 jovens negros/as em Caravanas Participativas nos 26 estados e no Distrito Federal.

Assim, com o intuito de debater acerca dos impactos da midiaticização nas consultas públicas a partir do PJNV, do governo federal brasileiro (2023), desenvolvemos uma pesquisa com abordagem metodológica qualitativa. A técnica que deu base para este trabalho foi a análise de conteúdo (Fonseca Jr, 2005) e a investigação foi realizada no segundo semestre de 2023, com uma revisita aos dados em junho de 2024.

O primeiro passo foi entender onde estava o PJNV, para isso, visitou-se o site do governo federal, buscando por consultas públicas na aba lateral de pesquisa, e após achar a consulta desejada foi-se direcionado para a página da consulta pública PJNV, tal como mostra a Figura a seguir.

Figura 1 - Acesso à consulta pública PJNV.



The screenshot displays the 'gov.br' website interface for a public consultation. At the top left, the 'gov.br' logo is followed by 'Presidência da República'. Below this, a navigation menu includes 'Participa + Brasil'. The main heading of the page is 'Consulta Pública Plano Juventude Negra Viva'. The page provides the following details: 'Órgão: Ministério da Igualdade Racial', 'Setor: MIR - Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo', 'Status: Encerrada', 'Publicação no DOU: 23/06/2023' with a blue button labeled 'Acessar publicação', 'Abertura: 24/06/2023', 'Encerramento: 01/09/2023', 'Processo: 21290.201014/2023-03', 'Contribuições recebidas: 5', 'Responsável pela consulta: Diretoria de Políticas de Combate e Superação do Racismo', and 'Contato: juventudenegraviva@igualdaderacial.gov.br'.

Fonte: site Brasil - Governo Federal (2024).

Lá encontramos a aba Participa+Brasil, local em que são apresentados dispositivos de participação para o cidadão. Observamos que o “Plano” teve acesso aberto para consultas no site do governo federal de 24 de junho a 1º de setembro de 2023 e constata cinco contribuições recebidas.

Assim, foram coletadas postagens do Instagram do MIR, no período de maio de 2023 à agosto de 2023, com a finalidade de compreender como o governo utiliza-se desse meio para promover campanhas de participação popular, para tal feito, classificamos-os para entender com quais motivos são postadas, no que se assemelham e diferenciam.

Uma análise, feita entre 18 de maio de 2023 e 21 de agosto de 2023, aponta que o perfil do MIR, @ministeriodaigualdaderacial, apresenta 355 publicações, 105 mil seguidores, em 21 ago. 2023. A quantidade de postagens que se relacionam ao “Plano Juventude Negra Viva” nesse perfil até o momento (21 ago. 2023) é de 25. Observamos que a principal ação realizada pelo MIR para movimentar esse tema a partir da interação pública foi embalada por uma campanha comunicacional, iniciada em 18 de maio de 2023, que tem como título “Caravana do Plano Juventude Negra Viva”. Na observação dessas postagens reconhecemos três categorias: “Explicativa”, “Convocativa” e “Informativa”, no que se refere ao conteúdo contido nelas e possíveis intenções, tal como é destacado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Categorias Relacionadas às postagens sobre a consulta pública “Plano Juventude Negra Vida” no perfil @ministeriodaigualdaderacial

Postagem	Data	Categoria	Objetivos
1	18/05/2023	Explicativa	Introduzir o tema junto a caravana
2	19/08/2023	Convocativa	Convocar o público para participar das caravanas
3	11/07/2023	Informativa	Informa sobre as caravanas que ocorreram e seus resultados

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do perfil do Ministério da Igualdade Racial no Instagram em 21 de agosto de 2023.

A categoria “Explicativa” se refere ao conteúdo que visa introduzir e conceitualizar, tanto o que seria o plano, quanto o que é a caravana. A categoria “Convocativa” busca convidar os públicos para participarem da caravana, e que reflete na participação do público no plano. E, por fim, a categoria “Informativa” visa mostrar

os resultados dos encontros da caravana. Na tentativa de ilustrar as categorias destacamos as Figuras, que seguem.

Figura 2 - Postagens do Perfil Ministério da Igualdade Racial



Fonte: Instagram @ministeriodaigualdaderacial(2023).

A Figura 1, que integra a categoria “Convocativa”, é composta por uma imagem fria, que traz a frase "Conheça a Caravana da Juventude Negra Viva", indicando justamente um chamamento para o reconhecimento do tema e da proposta da caravana. O carrossel de imagens que aparece na sequência pontua o que é o “Plano Juventude Negra Viva”, o que são as caravanas e a importância da participação para o “Plano da Juventude Negra Viva”.

A partir de aproximações dos dados empíricos discutimos como a mediação amplifica o espaço de debate sobre temas acionados em consultas públicas, especialmente na exposição de questões de interesse público. Esse fenômeno é visualizado especialmente no ambiente das redes sociais digitais – conformadas hoje como forma legítima de impactar a formação da opinião pública nas sociedades

democráticas, apesar de apresentar uma série de limitações. Assim, podemos dizer que o Ministério da Igualdade Racial (MIR), do governo brasileiro, no perfil de Instagram @ministeriodaigualdaderacial, através viéses "explicativo", "convocativo" e "informativo", acaba por gerar possíveis estímulos à participação social.

4. Considerações finais

No perfil do Ministério da Igualdade Racial (MIR) notamos que foram feitas 25 postagens sobre o “Plano Juventude Negra Vida”, destacando a campanha “Caravana do Plano Juventude Negra Viva”, o que se fez presente ativamente nas redes naquele período. O estudo categorizou as postagens em "Explicativa", "Convocativa" e "Informativa", que trouxe informações sobre as diferentes funções dessas formas de comunicação, desde a introdução e conceitualização do PNJV, até a convocação e a divulgação das caravanas.

O desvelamento e ênfases que os dados dessa pesquisa mostram, ressaltam a importância de uma compreensão do uso das consultas públicas na era digital, na promoção da democracia e na ampliação do espaço público. Também destaca a necessidade de novas investigações para explorar profundamente como as tecnologias digitais podem facilitar a participação cidadã e moldar políticas públicas.

Tendo em vista a pergunta que guia esta pesquisa - “Como a mídiatização impacta as consultas públicas (CP), a partir da consulta pública “Plano Juventude Negra Vida”, organizada pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) do governo brasileiro, através da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas e Superação do Racismo, em 2023, no contexto do perfil do @ministeriodaigualdaderacial na rede social digital Instagram?” - observamos que há um movimento de expansão das consultas públicas como instrumento apenas de coleta de opiniões.

Para além das consultas públicas já utilizadas nos sistemas de site institucional do governo, que os cidadãos poderiam depositar suas opiniões, o PNJV trabalhou com o tema em redes sociais digitais, como o Instagram, e desenvolveu também a campanha midiática e presencial a "Caravana do Plano Juventude Negra Viva". Essa campanha, por sua vez, angariou público, promovendo a democracia e a participação cidadã.

5. Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Audiências e Consultas Públicas**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas> . Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Plano Juventude Negra Viva**. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/https-wwwgovbr-igualdaderacial-pt-br-assuntos-plano-juventude-negra-viva>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A opinião pública não existe**. In: THIOLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social & enquete operária. São Paulo: Polis, p. 1-12, 1980.

COIRO-MORAES, Ana Luiza; FARIAS, Victor Varcelly Medeiros. O exercício da cidadania da ágora grega ao site de rede social digital. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 74-91, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/122629>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CHAMPAGNE, P. **Formar a Opinião: o novo jogo político**. Editora Petrópolis: Vozes, 1998.

FONSECA JÚNIOR, W. Análise de conteúdo. In J. Duarte (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FERNANDES-JESUS, M., CASTRO SEIXAS, E. & CARVALHO, A.; **Beyond the hindrances: experiences of public consultations and the possibility of ethics and relevance in participation**. Comunicação e Sociedad, Braga, Portugal 2019, 36. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cs/1543>

HJARVARD, Stig. A perspectiva escandinava dos estudos da mediatização. **Fronteiras Midiáticas** (On-line), v. 16, p. 261-268, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.163.11>

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. Ministério da Igualdade Racial [@ministerioigualdaderacial]. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/ministerioigualdaderacial/> . Acesso em: 28 jun. 2024.

ROTHBERG, D. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008.

SACHETO, R. Participação popular na era da informação: o caso das consultas públicas eletrônicas na administração pública federal do Brasil. 2008. 140 f. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.